



Contra-ataque na crise

Marcelo Neri

O presidente Lula disse em uma de suas metáforas que o Brasil está indo bem apesar da crise, antes mesmo “de colocar Pelé em campo”. Ou seja, reduzir a Selic e os *spreads* bancários que como tudo que está no alto pode cair. Agora, por que não colocar outro mineiro em campo ao lado do rei: o velho e bom Tostão (leia-se mais transferência de renda transitória aos mais pobres que consomem boa parte dela). É ótimo para pobreza e ótimo para demanda. Moeda que lubrifica economias primitivas, neutralizando em parte a contração do crédito

das regiões modernas. Tostão joga bem sozinho, caindo pela esquerda, e ainda faz tabelinha com Pelé.

Na verdade, podemos escalar 11 instrumentos dos impactos da crise externa no Brasil: 1 — Reservas Internacionais; 2 — Arrecadação Fiscal (responsabilidade fiscal com alta carga tributária que também pode cair, sendo exemplo a queda transitória do IPI dos automóveis, material de construção e duráveis da linha branca); 3 — Sistema Financeiro (sistema bancário privado regulado e saneado [Proer] e bancos pú-

blicos saneados e estabelecidos (os países desenvolvidos começam a estatizar seus bancos); 4 — Política Monetária (taxa de juros básica, *spreads* bancários e depósitos compulsórios todos altos); 5 — Economia ainda fechada; 6 — Exportador de comida; 7 — Boa demografia; 8. Adaptabilidade do brasileiro à crise; 9 — Rede de proteção social operante (Bolsa-Família com o aumento na faixa de elegibilidade de R\$ 17 *per capita*); salário mínimo (reajuste de 6,5% real no piso de aposentadoria, em 2009, e reajuste real programado para

2010); e Seguro-desemprego (passa de três a cinco meses para cinco a sete meses mais aumento do valor do benefício impulsionado pelo mínimo); 10 — Mercado interno aquecido; e 11 — Investimento público (o PAC melhora a logística econômica (estradas) e social (saneamento básico), além de injetar demanda no sistema. Uma espécie de novo *New Deal* tupiniquim concebido quando a crise ainda não era anunciada, complementado pelo recém-anunciado programa de construção de moradias populares, chamado “Minha Casa, Minha Vida”.

Técnicos

Num país de 180 milhões de técnicos de futebol, travestidos na crise em técnicos de economia, qualquer escalção é polêmica. Durante crise econômica, ou futebolística, não há consenso em Brasília, Washington ou Caracas. É sempre arriscado discordar do presidente — o saudoso João Saldanha que o diga —, mas o verdadeiro camisa 10 da seleção, é o nosso mercado interno, fazendo dupla de área com o tal Tostão do Bolsa-Família. Esta é a dupla de área que vai ao fim e ao cabo suprir a nossa demanda de gols.

As políticas monetária e fiscal são por excelência parte da defesa macroeconômica, digamos alas ou laterais, que

como estamos com folga nestes setores, longe dos pisos da armadilha de liquidez e do seu análogo na arrecadação, a armadilha fiscal, eles podem e devem apoiar o ataque. Dizem que a política monetária além de desarmar ataques inflacionários como ninguém, possui um canhão de esquerda comparável ao do Rivelino.

Sei que a escalção da economia fechada como cabeça de área gera dissenso, como nos idos da era Dunga, em 1990. É verdade ainda que o nosso goleiro titular tenha hoje inúmeros reservas internacionais, desculpem o trocadilho, algo antes impensável no Brasil. Porém mais do que trazer os inúmeros craques verde-amarelos que estão fora de campo, é preciso que os que estão lá joguem melhor. Em particular, podem atuar mais sintonizados com a crise em curso. Temos ainda de evitar o salto alto (lembre-se do fiasco da Copa de 1966, mesmo com Pelé e Garrincha).

Esquema

Agora, é acima de tudo preciso adotar um esquema tático que favoreça o potencial do inegável conjunto de talentos brasileiros. Da mesma forma que há dez anos criamos o tripé mágico na macroeconomia: metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal, que hoje constituem a

Se o mercado interno for o nosso Pelé, então ele se contundiu em janeiro e ainda não recuperou a sua melhor forma física

base da nossa bem montada defesa macroeconômica. Houve revelações recentes de peso na área social, um verdadeiro ataque de RS (Ronaldo, Ronaldinho e Robinho), a saber: Bolsa-Família, o PAC e Ações de Acesso a Mercados dos Produtores Pobres. Na integração deste tripé com o da linha de defesa macroeconômica está a chave da vitória.

O Brasil precisa de esquema tático que utilize todo nosso potencial. Antes de explicar o tripé social mágico, um parêntese: Por que não convocar o “PAC educacional”, o verdadeiro celeiro do nosso camisa 10 no longo prazo? Resposta: além de evitar o termo quadrado mágico fracassado em 2006, o nosso foco aqui é o

Por que não colocar ao lado do rei o Tostão, a transferência de renda transitória aos mais pobres que consomem boa parte dela

curto prazo da crise em curso. As ações de preservação dos estudantes dos choques estão no Bolsa-Família e suas condicionalidades educacionais.

O Bolsa-Família é uma plataforma que dá o pobre aos mercados consumidores, mas é preciso ir além e partir para o ataque social: dar o mercado aos mais pobres. Na emancipação dos beneficiários do Bolsa-Família há questão semântica: ao invés de “portas de saída” do programa, preferimos a abertura das “portas de entrada” dos pobres aos mercados. Os pobres não precisam ser protegidos dos mercados, mas precisam ser integrados a eles através de ações educacionais,

de comercialização de produtos e serviços de provisão de microseguro e de microcrédito, etc. Nesse último aspecto, há alguns talentos esquecidos atuando nas áreas mais pobres do Brasil, em particular o Crediamigo do Banco do Nordeste que acabou de ser escolhido pelo BID, o melhor programa da América Latina no campo do microcrédito que agora vai atuar num clube grande do Rio. Complementarmente defendo neste espaço desde a Copa de 2002, a colateralização das bolsas sociais. Convoca eles, presidente!

O trabalho de estratégias de acesso a mercados consumidores pelos pobres é embrionário no Brasil, mas é o nosso mais promissor craque do futuro, como foi Ronaldo em 1994 e Kaká em 2002. Nossas pesquisas mostram que na visão dos pequenos produtores o principal desafio já antes da crise era: falta de demanda. As políticas públicas olham os pequenos produtores de maneira muito passiva. Falta ponderá-los face aos mercados. Teremos de driblar bloqueios ideológicos que defendem a retranca social.

Em particular, falta visão clara sobre dois pontos: 1) Nas mudanças no interior da economia, quem perde e quem ganha demanda, fruto da crise e das ações contra ela; e 2) Faltam políticas que permitam ao próprio produtor pobre “nichar” sua demanda potencial.

Não se trata só de saber o que gera nova demanda, mas como a oferta encontra esta nova demanda. A injeção de demanda é o ponto-chave hoje, mas estamos olhando a economia de maneira muito agregada sem enxergar os detalhes dos grupos emergentes e dos que afundam, seja na descoberta de nichos de mercado, seja na ampliação de redes sociais aos perdedores (vide <http://www.fgv.br/cps/crise2009>). Na crise, é preciso aproveitar melhor todas parcas oportunidades disponíveis. O que vai dar mágica ao nosso time de craques é um esquema de jogo integrado da defesa econômica ao ataque social.

Placar

Houve desaceleração do PIB de 10 pontos de porcentagem entre o terceiro e o quarto trimestre de 2008 (de 6,8% para -3,6%), perda equivalente à taxa de crescimento chinês observado nos bons tempos de *boom*. O recém-criado Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) pelo IBRE vaticina: já estamos em recessão. Os dados da indústria e do emprego formal do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) alinham-se a este, indicando uma parada súbita da economia brasileira (tsunami). Já os dados do comércio e dos serviços apontam para uma desaceleração mo-

desta (marolinha). Há marcada dicotomia das trajetórias de crescimento entre os segmentos mais ou menos conectados com o mundo globalizado, dos mais ou menos formalizados e daqueles com maior ou menor renda.

No imediato pós- crise, leia-se de setembro a dezembro de 2008, não observamos mudança qualitativa deste quadro a não ser pela pequena redução acumulada de -0,6% da classe AB (que representou uma parada súbita, pois como vimos anteriormente vinha crescendo acima das demais), houve manutenção do movimento das demais classes: a C segue crescendo, agora a 1,2% no período, e as classes D e E mantêm a tendência de queda, -2,5% e -1,2%, respectivamente, no período.

No mês seguinte (janeiro/2009), observamos forte reversão da tendência anterior com retração dos estratos mais altos: a classe AB cai -2,74% e a C (que vinha não só se mantendo incólume da queda como crescendo) cai -2,2%. A classe C se mantém como a mais numerosa com pouco mais da metade da população (52,64%), embora do ponto de vista de renda a classe dominante seja a classe AB onde 14,9% na população se apropriam de 55% da renda. Apenas em janeiro, cerca de 760 mil pessoas das classes AB e C de volta às classes D e E.

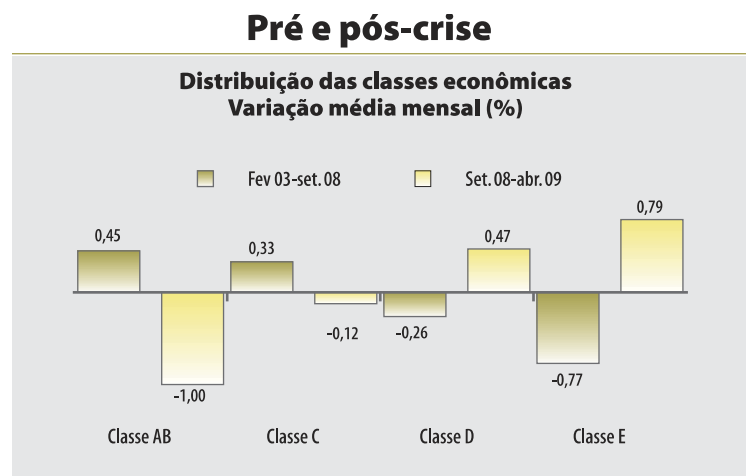
Em contrapartida, as classes D e E sobem 3,03% e 6,73% em um mês. Ou seja, todas as tendências observadas inverteram como se ricocheteassem num objeto sólido. Janeiro aparece como o ponto crítico na perspectiva de transição na composição das classes econômicas. A crise começa nas bolsas lá fora, e aqui no país chega ao bolso do cidadão comum.

De fevereiro a abril de 2009, temos um perfil semelhante ao período de setembro a dezembro de 2008 com continuidade da queda branda da classe AB. Como consequência do acontecido na virada do ano, a tendência acumulada do pós- crise se transforma num panorama de crise com deslocamento das pessoas do estratos mais altos para os mais baixos.

O gráfico comprova que as tendências dos últimos anos foram subvertidas: as

O que vai dar mágica ao nosso time de craques é um esquema de jogo integrado da defesa econômica ao ataque social

classes que ganhavam mais participação passaram a perder mais, e vice-versa. Senão, vejamos: no período pré- crise há crescimento dos estratos de maior renda e perda de espaço dos mais pobres — o aumento



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME

acumulado desde fevereiro de 2004 das classes AB e C foi de 35% e 25%, respectivamente, com correspondente redução da participação das classes D e E de -16% e -40%. Em seguida, quando tomamos o período pós-crise (setembro de 2008 a abril de 2009), observamos queda acumulada da classe AB (6,8%), seguido da queda de 0,8% na classe C e consequente crescimento das classes D (3,3%) e E (5,7%).

É interessante colocar na mesma escala os períodos pré e pós-crise, tomando mês a mês as taxas de crescimento das parcelas apropriadas por diferentes classes sociais:

Se calcularmos as variações de renda dos últimos anos (até abril de 2009), houve uma melhora no poder de compra dos brasileiros nas grandes metrópoles: o aumento acumulado desde fevereiro de 2003 das classes AB e C foi de 25,8% e 24%, respectivamente, com correspondente redução da participação das classes D e E de -13,1% e -36,9%. Este movimento, que desloca massa de pessoas da base para o topo da distribuição de renda, foi, proporcionalmente, mais forte nos extremos da distribuição, com destaque para o crescimento relativo das classes AB maior do que a da badalada classe C — a nova classe média emergente e pela redução da classe E, a mais pobre. Voltando à analogia futebolística, se o mercado


interno for de fato o nosso Pelé, então ele se contundiu em janeiro e ainda não recuperou a sua melhor forma.

Táticas

Dado o dilatado placar adverso no primeiro tempo contra a crise, a pergunta que não quer calar é por que não colocamos a política monetária expansionista em campo logo ao primeiro anúncio da crise? O nosso banqueiro central é escaldado de inflação e não de recessão, como os americanos. Nosso maior temor é a hiperinflação, enquanto o dos americanos é a grande depressão. Isto independe da independência do Banco Central. Quem deve escalar a política monetária é o Banco Central, mas era hora de partir para o contra-ataque.

Por que adotamos o tempo todo respostas permanentes à crise quando esta é essencialmente transitória? A crise é de natureza mais crítica do que crônica. Há que se fazer sintonia fina de instrumentos com a escassez de demanda nos mercados de bens e serviços vigente. Precisamos agir de maneira rápida e localizada no tempo. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o novo programa habitacional têm de ser tirados do papel durante a crise. Outras respostas com efeitos mais permanentes são mais

demoradas em implementar e seus efeitos ultrapassam o tempo de duração da crise. Por exemplo, o reajuste do salário mínimo vai gerar impactos fiscais permanentes para o período pós-crise. Seria melhor buscar um abono temporário para ele. Conseguiríamos ser mais generosos em tempos de crise com os pensionistas e aposentados, se o ganho fosse restrito aos tempos de crise. Acabamos ficando num mundo pior com menores impactos durante a crise e maiores impactos quando eles jogam contra.

Neste sentido a redução de IPI é uma medida bem sintonizada com a crise, induzindo à antecipação de compras. A dificuldade da redução do IPI é que ela é localizada, deveríamos pensar em soluções mais horizontais, abrangendo maior número de setores. Soluções que forem localizadas devem buscar os mais pobres que tendem a ser mais restritos no mercado de crédito e, portanto, possuem maiores propensões ao gasto dos recursos repassados, mesmo os repasses transitórios. Esta é a diferença para a redução de imposto de renda às pessoas físicas que tendem a poupar os recursos face ao risco crescente de desemprego. 

Economista-Chefe do Centro de
Políticas Sociais do IBRE e da EPGE/FGV
(mcneri@fgv.br)